



ANDREIA COUTO RIBEIRO
Editora-chefe

Construindo caminhos para a educação alimentar e nutricional

CADERNOS DO FNDE

Vol 04, n.08, 2023

ANDREIA COUTO RIBEIRO
Editora-chefe

Construindo caminhos para a educação alimentar e nutricional

Cadernos do FNDE, vol 04, n.08, 2023

**Cadernos do FNDE – 2023
(ISSN: 2675-1925)**



RIBEIRO, Andreia Couto (Org).

Construindo caminhos para a educação alimentar e nutricional. Editora-chefe: Andreia Couto Ribeiro. Diagramação: Danilo da Costa. Revisão: Danilo da Costa; Anna Cavalcanti; Maria Inez Machado Telles Walter. Brasília, DF, Brasil. Mantenedora do periódico: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) 2023.

Cadernos do FNDE, vol 04, n.08, 2023

ISSN: 2675-1925

94 fls.

I. PNAE. II. Alimentação escolar. III. FNDE.

Equipe Editorial

Editor-Chefe

1. Dra. Andreia Couto Ribeiro, Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE, Brasil

Conselho Editorial

1. Célio da Cunha, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
2. Bernardo Kipnis, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
3. Jonas Rodrigo Gonçalves, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
4. Luciana de Oliveira Miranda, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
5. Maria de Fatima Bruno de Faria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
6. Mauro Eduardo Del Grossi, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
7. Renato de Oliveira Brito, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
8. Luiz Honorato, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
9. Jonilto Sousa, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
10. Ângelo do Nascimento Nogueira, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
11. Ana Paula Torres, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
12. Valdoir Pedro Wathier, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
13. Renata Mainenti Gomes, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
14. Michele Lessa de Oliveira, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Comitê executivo

1. Leilane Daisy Almeida de Oliveira,
2. Guilherme Moreira de Carvalho
3. Natércia Cristiane Mendes de Souza
4. Érica Dutra Chiari Frigeri,
5. Andreia Couto Ribeiro

Consultores do periódico

1. Danilo da Costa, Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasil
2. Maria Inez Machado Telles Walter, Universidade de Brasília, UnB, Brasil
3. Anna Cavalcanti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, RS Brasil

Diagramação

- Danilo da Costa, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

Sumário

Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um retrato dos municípios goianos 09

*Daiany Renally Ferreira Bezerra
Jordana de Oliveira Costa
Thaísa Anders Carvalho de Souza
Géssica Mércia de Almeida*

Ciclo de atualização em segurança alimentar e nutricional e educação alimentar e nutricional - Relato de Experiência 12

*Regina Maria Ferreira Lang
Juliana Rodrigues Dias Guedes
Angélica Aparecida Maurício
Natália Ferreira de Paula
Luciana Gibbert
Giane Bientnez Sprada*

Experiências formativas do Cecane da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: desafios e potencialidades para a oferta da agricultura familiar para o PNAE na Bahia 15

*Jasilaine Andrade Passos
Vanessa de Souza Rodrigues Matos
Neidiane Pereira dos Santos
Camila dos Santos Rodrigues
Micheli Dantas Soares
Sheila Monteiro Brito*

Formação de merendeiras e merendeiros na promoção da alimentação saudável nas escolas: um relato de experiência no Recôncavo da Bahia 19

*Micheli Dantas Soares
Adriana Santos Nascimento
Angélica Fagundes Carneiro
Bárbara Eduarda Panelli-Martins
Edleuza Oliveira Silva
Flávia Conceição dos Santos Henrique*

Formação de conselheiros da alimentação escolar de municípios baianos 22

*Sheila Monteiro Brito
Lorene Gonçalves Coelho
Fabiane Santana dos Santos
Carolina Nascimento Ribeiro
Vanessa Nogueira Lopes Maia
Edleuza Oliveira Silva*

Elaboração de um E-book sobre preparações culinárias saudáveis no âmbito do PNAE: uma construção coletiva entre CECANE-UNIRIO e Nutricionistas do PNAE

..... 25

Michel Carlos Mocellin

Elaine Cristina Lima

Thais Salema Nogueira de Souza

Giane Moliari do Amaral Serra

Claudia Roberta Bocca Santos

Alessandra da Silva Pereira

Elaboração de material de apoio à Educação Alimentar e Nutricional junto ao ensino médio: uma experiência de construção coletiva do CECANE-UNIRIO 28

Michel Carlos Mocellin

Alessandra da Silva Pereira

Thais Salema Nogueira de Souza

Giane Moliari do Amaral Serra

Claudia Roberta Bocca Santos

Maria de Lourdes Carlos Ferreirinha Rodrigues

Alimentação saudável e sustentável no ambiente escolar: uma análise a partir das oficinas regionais da produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE no Rio Grande do Sul 31

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Luciana Dias de Oliveira

Vanuska Lima da Silva

Amanda Souza Silva Sperb

Agnes Gomez Kopper

Stephanie Salati Cardoso

Educação alimentar e nutricional na escola: hortas escolares urbanas e oficinas para o preparo de sal de ervas..... 34

José Arimatea Barros Bezerra

Paulo Henrique Machado de Sousa

Fernanda Elaine Barros Souza

Luiz Eduardo Oliveira Holanda

Educação alimentar e nutricional e formação de professores pedagogos..... 37

José Arimatea Barros Bezerra

Ludmir dos Santos Gomes

A escola pública como chão do agricultor familiar: vivência em um centro municipal de educação infantil de Maceió, Alagoas 41

Anna Carla Cavalcante Luna dos Santos

Maria Alice Araújo Oliveira

Andréa Valéria Dacal Mattos Casado

Bruna Merten Padilha

Recorte da realização de ações de educação alimentar e nutricional pelos municípios assessorados pelo CECANE PR, nos anos de 2021 e 2022 46

Sandy de Fatima de Souza

Angélica Aparecida Maurício

Anna Paula Vieira dos Santos

Fernanda Luiza Dill Araújo

Dalton Metz Muniz

Caroline Opolski Medeiros

Planejamento de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar – Curso EAD promovido pelo CECANE UFRGS 49

Agnes Gomez Kopper

Amanda Souza Silva Sperb

Luciana Dias de Oliveira

Vanuska Lima da Silva

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Steffany Bens Pegoraro

Planejamento de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar – Curso EAD promovido pelo CECANE UFRGS 53

Agnes Gomez Kopper

Amanda Souza Silva Sperb

Luciana Dias de Oliveira

Vanuska Lima da Silva

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Steffany Bens Pegoraro

Registro de ações de educação alimentar e nutricional na prestação de contas do PNAE no Estado do Acre 57

Andressa de Araújo Lima

Vânia Thais Silva Gomes

Fernanda Andrade Martins

Alanderson Alves Ramalho

Avanços institucionais e desafios a implantação ações de Educação Alimentar e Nutricional destinadas ao fomento de hortas escolares de base agroecológica 61

Renata Lopes de Siqueira

Roberto dos Santos Lacerda

Felipe de Sena e Silva

Maria Thaiane da Silva Mendonça

Carla Caroline de Jesus Santos Oliveira

Adequação nutricional do cardápio de uma unidade de educação infantil após introdução de alimentos da horta escolar, em Parauapebas/PA 67

Ana Clea Bezerra Santos

Ather Barbosa Figueiredo

Elisângela Cristina Martins da Silva

Ercília Carvalho Gomes

Maria Antônia Guimarães dos Santos

Taiana Souza Sena Ferreira

Avaliação da qualidade de cardápios escolares ofertados aos estudantes com necessidades alimentares especiais 73

Hugo Caroni Campos

Gerlane Karine Bezerra Nogueira

Renata Alexandra Moreira das Neves

Liana Galvão Bacurau Pinheiro

Caminhos para uma alimentação segura e de qualidade no âmbito das creches 76

Milka Julyanne Dantas Alves

Elizabeth Shélida Nascimento Silva

Gerlane Karine Bezerra Nogueira

Juliana Kelly da Silva Maia

Renata Alexandra Moreira das Neves

Liana Galvão Bacurau Pinheiro

Proposta de cardápio quinzenal: caminhos para uma alimentação segura e de qualidade no âmbito da educação básica 79

Elizabeth Shélida Nascimento Silva

Milka Julyanne Dantas Alves

Liana Galvão Bacurau Pinheiro

Renata Alexandra Moreira das Neves

Juliana Kelly da Silva Maia

Educação Alimentar e Nutricional nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 82

Jahny Kássia Duarte Rocha

Elenice dos Reis Santos

José Ricardo Gonçalves Duarte

Mac David da Silva Pinto

Poliana Guerino Marson

Neilton Araujo de Oliveira

Práticas alimentares de adolescentes de escolas públicas de município do Piauí ... 85

Marize Melo dos Santos

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho

Elaine Carvalho de Moraes

Amália de Jesus Moura Sinimbu

Elizabete Maciel de Sousa Cardoso

Guida Graziela Santos Cardoso

Hortas pedagógicas com estudantes de escolas públicas de município do Piauí 88

Marize Melo dos Santos

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho

Marcos David Figueiredo de Carvalho

Marcos Uchôa e Silva

Jéssica Daniela Lustosa da Silva

José Eduardo Vasconcelos de Carvalho Júnior

Hortas escolares como instrumento de educação alimentar e nutricional trabalhada com estudantes deficientes visuais: um relato de extensão91

Milena Meneghetti Soares

Agnes Gomez Kopper

Luciana Dias de Oliveira

Vanuska Lima da Silva

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Amanda Souza Silva Sperb

Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um retrato dos municípios goianos

Daiany Renally Ferreira Bezerra
Jordana de Oliveira Costa
Thaísa Anders Carvalho de Souza
Géssica Mércia de Almeida

Resumo

A Lei nº 11.947/2009 que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) reconhece as práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como uma de suas diretrizes e a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 fortaleceu a sua importância para a alimentação escolar, reiterando que as ações devem ser de caráter intersetorial, interdisciplinar, multiprofissional, permanente e contínuo. Em 2018 a Lei nº 13.666, incluiu a EAN como tema transversal no currículo escolar e em 2022 foi publicada uma nota técnica consolidando as possibilidades de atuação dos diferentes atores sociais na EAN. Assim, a inserção da EAN nas instituições como estratégia para promoção da alimentação saudável justifica-se por entender as escolas enquanto espaço de desenvolvimento de ações promotoras e sustentáveis da saúde, hábitos saudáveis e por representar uma forte medida para a redução da obesidade infantil, e consequentemente de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

Objetivo: Descrever a ocorrência das ações de EAN nos municípios goianos que receberam Monitoramento e Assessoria ao PNAE pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG) em 2022.

Metodologia: Aplicação de questionário padronizado, autorreferido pelo(a) nutricionista Responsável Técnico(a) (RT) durante o Monitoramento e Assessoria às 27 Entidades Executoras (EEx), sendo 26 municípios e a Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Dessas, quatro não forneceram informações suficientes para análise, totalizando uma amostra de 23 EEx.

Resultados: Do total de EEx, a maior parte 73,91% (n=17) realizava ações de EAN pautadas nos conceitos e princípios da legislação, entretanto, 60,87% (n=14) não as desenvolviam de forma contínua e permanente. Quanto ao caráter interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial das ações, as respostas foram semelhantes, sendo 52,17% (n=12) e 47,83% (n=11) para sim e não, respectivamente. Referente à abrangência das ações anuais de EAN, 30,43% (n=7) dos RT afirmaram atingir acima de 80% das escolas da rede, enquanto que a maioria, 69,57% (n=16), relatou atingir abaixo de 50%.

Conclusão: Percebe-se que as EEx assessoradas necessitam implementar estratégias para potencializar a inclusão das ações de EAN nos currículos escolares, como a difusão de informações exitosas sobre o que são as ações de EAN, quais as metodologias viáveis a serem adotadas e quais atores sociais e parceiros devem estar envolvidos na execução das atividades de

modo transversal. O PNAE representa um espaço para o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde, construção de conhecimentos e de aprendizagem na escola com vistas à segurança alimentar e nutricional dos escolares. Logo, a alimentação escolar ao assumir um caráter pedagógico, carece que as atividades de EAN, para além de estarem presentes, estimulem a integração de temas relativos à alimentação e nutrição no currículo dos estudantes, envolvendo a comunidade escolar e os diferentes atores sociais de forma permanente e contínua.

Ciclo de atualização em segurança alimentar e
nutricional e educação alimentar e nutricional - Relato
de Experiência

Regina Maria Ferreira Lang
Juliana Rodrigues Dias Guedes
Angélica Aparecida Maurício
Natália Ferreira de Paula
Luciana Gibbert
Giane Bientinez Sprada

Introdução

Diversos estudos apontam a escola como ambiente propício para a promoção da alimentação adequada e saudável (1,2,3) e várias políticas e programas governamentais vêm incorporando a Educação Alimentar e Nutricional - EAN como estratégia para esse fim, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAE. Com o intuito de contribuir com a atualização de nutricionistas atuantes no PNAE e formar atores sociais parceiros de Entidades Executoras - EEx do Paraná, e, ainda, buscando o exercício multiprofissional de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito escolar, com foco no fortalecimento e ampliação de ações de EAN (4) foi desenvolvido o Ciclo de Atualização

Metodologia: Para consecução do objetivo de desenvolver e aplicar metodologia de formação para nutricionistas e profissionais de educação de EEx do Paraná foram realizados cinco encontros presenciais, totalizando carga horária de 30h, com divisão de turmas em dois polos: Londrina e Curitiba. Os conteúdos ministrados nos encontros foram construídos com base nos seguintes eixos temáticos: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Diagnóstico Nutricional; Guia Alimentar Brasileiro ⁽⁵⁾; Educação Alimentar e Nutricional ^(6,7); e, Nutrição Materno Infantil ⁽⁸⁾. Estes conteúdos fundamentaram a elaboração dos planos de ação que cada EEx construiu.

Resultados: Os representantes de 54 EEx e de uma instituição de ensino superior finalizaram o referido Ciclo de formação e cada grupo elaborou um projeto de EAN, os quais foram compartilhados no último encontro. Para a apresentação oral foram selecionados quatro projetos de EEx de cada polo, sendo selecionados os representantes de Fernandes Pinheiro, Formosa do Oeste, Porto Vitória, e São João do Triunfo do polo Curitiba, e, Borrazópolis, Faxinal, Lidianópolis e Rolândia do polo Londrina. Os demais foram apresentados na modalidade de pôsteres. Ressalta-se que os projetos abordaram diferentes metodologias e foi possível observar que muitos trabalharam com formação de educadores como multiplicadores e alguns com a inclusão do tema alimentação e nutrição ou de atividades de EAN no currículo escolar de forma transversal dialogando com diferentes componentes curriculares. **Conclusão:** Verificou-se que todas as etapas necessárias à execução do Ciclo de Formação atenderam aos objetivos propostos. Muitas das propostas apresentadas para cada segmento da educação básica exploraram as possibilidades de articulação entre a EAN e os componentes curriculares e esperamos, assim, que possam inspirar o trabalho do nutricionista, assim como de outros profissionais que atuam em escolas.

Referências

1. RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. DA S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147–2161, nov. 2013.
2. CERVATO-MANCUSO, A. M.; VINCHA, K. R. R.; SANTIAGO, D. A. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 225–249, jan. 2016.
3. SANTOS, LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 17, n. 02, p. 453-62, 2010.
4. SANTOS, LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
6. BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. **estratégias de ensino - aprendizagem**. 16 ed., Petrópolis: Vozes, 1995.
7. BRASIL. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas**. Brasília – DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

Experiências formativas do Cecane da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia: desafios e
potencialidades para a oferta da agricultura familiar para
o PNAE na Bahia

Jasilaine Andrade Passos
Vanessa de Souza Rodrigues Matos
Neidiane Pereira dos Santos
Camila dos Santos Rodrigues
Micheli Dantas Soares
Sheila Monteiro Brito

Introdução

A experiência apresentada insere-se nas ações realizadas no âmbito das “Oficinas regionais da agricultura familiar para a boa execução do PNAE” desenvolvidas pelo CECANE/UFRB, com o propósito de fortalecer e ampliar a participação dos agricultores(as) familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, esta narrativa busca relatar a execução das oficinas, cujo intuito foi desenvolver, colaborativamente, estratégias de enfrentamento aos desafios impostos às especificidades locais, bem como suas interfaces para a consecução da aquisição dos produtos da agricultura familiar (AF) no PNAE.

Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, cujo desenho metodológico pautou-se no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, nas normativas de execução do PNAE e nos princípios norteadores da pedagogia libertadora pensada pelo educador Paulo Freire, focando nas metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Todas as atividades foram desenvolvidas na modalidade remota, de forma síncrona via plataforma Google Meet e YouTube. As oficinas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2021, com a participação de 115 atores, entre eles: gestores da educação e da agricultura, nutricionistas, conselheiros da alimentação escolar; agricultores; representantes da Vigilância Sanitária e da assistência técnica e extensão rural de municípios de três Territórios de Identidade da Bahia. Os Territórios de Identidade são uma definição política, econômica e cultural do estado da Bahia que buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento. Cabe salientar que essas divisões espaciais consideram o sentimento de pertença da população associado a características socioeconômicas, políticas, culturais e geoambientais.

Resultados: O desenvolvimento das formações foi estruturado em momentos de troca com os participantes. Inicialmente, foram utilizados vídeos sobre as riquezas naturais e socioculturais de cada um dos territórios. Em um segundo momento, foi utilizado o recurso gráfico “Rota dos Alimentos”, no qual se buscou a construção coletiva de nuvens de palavras dos desafios e potencialidades da compra e venda dos produtos da AF, e dos caminhos que o alimento percorre do campo à escola. No terceiro momento, a atividade intitulada “Dedo de Prosa” foi realizada mediante uma apresentação dialogada, com momentos para discussão e dúvidas dos participantes. Para encerrar, foi realizado o webinar intitulado

“Beneficiamento e regularização sanitária de produtos da AF: construindo pontes para o fortalecimento do PNAE” no qual foram sistematizados os principais desafios e potencialidades para aquisição de produtos da AF, dentre eles: o fortalecimento dos sistemas alimentares sustentáveis; as potencialidades econômicas locais; o fortalecimento da organização social e do campesinato, a falta de infraestrutura, os limites de processos burocráticos e de governança. Na oportunidade também foi discutido o que é necessário ao beneficiamento de produtos e regularização sanitária para o PNAE.

Conclusão: Pode-se concluir que os encontros estabelecidos entre atores e atrizes sociais do PNAE, permitiram a construção de subsídios para o desenho de estratégias de mitigação dos entraves apresentados nas realidades dos seus territórios, demonstrado a importância do diálogo entre os setores, além da organização e participação social como elementos fundantes para o aprimoramento das diretrizes do programa.

Referências

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar. Brasília: FNDE, 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Projeto Mais Mercado: Relatório dos Planos de Ação Articulação entre Oferta da Agricultura Familiar e Demanda do PNAE nos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão e Sisal. Brasília, DF: SEAD, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de

20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 70, p. 27-28, 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

FLORES, C.D. TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NA BAHIA: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

PITANO, S. D. C. A educação problematizadora de Paulo Freire: uma pedagogia do sujeito social. Revista Inter Ação, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 87-104, jun. 2017.

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. Nuvem de palavras e mapa conceitual: estratégias e recursos tecnológicos na prática pedagógica. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 201-219, jan./abr. 2017.

Formação de merendeiras e merendeiros na promoção
da alimentação saudável nas escolas: um relato de
experiência no Recôncavo da Bahia

Micheli Dantas Soares
Adriana Santos Nascimento
Angélica Fagundes Carneiro
Bárbara Eduarda Panelli-Martins
Edleuza Oliveira Silva
Flávia Conceição dos Santos Henrique

Introdução

A alimentação escolar remete a todo alimento servido dentro da escola a fim de proporcionar aporte nutricional aos estudantes durante sua permanência na instituição, contribuindo para seu desenvolvimento. Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também apresenta papel crucial para a promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável, conforme recomendações dos Guias Alimentares para a População Brasileira e para Crianças Menores de 2 anos. No bojo da implementação do Programa, destacam-se as merendeiras na execução dos cardápios, nos quais se preconiza-se a produção de refeições saudáveis, contando com diversas estratégias, dentre elas a inclusão de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Neste contexto, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) atua em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão a partir de tecnologias sociais que promovem a transformação de atores sociais imbricados em programas, projetos e ações voltados para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em agentes transformadores da realidade. Destarte, este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de formação realizada pelo CECANE/UFRB para merendeiras (os) de municípios do Recôncavo da Bahia.

Metodologia: O método utilizado consistiu na utilização de ferramentas de interação que possibilitaram trocas ativas sobre percepções do cotidiano de trabalho na alimentação escolar, relatando problemas, desafios e potencialidades

Resultados: O evento ocorreu no município de Santo Antônio de Jesus, no Centro de Ciências da Saúde da UFRB, em dezembro de 2018 e contou 150 (cento e cinquenta) participantes, os quais trouxeram suas vivências como: condições inadequadas de trabalho, assim como melhorias na qualidade dos alimentos servidos, com destaque para alimentos da agricultura familiar.

Conclusão: A demanda por mais formações e momentos de integração entre a categoria também foi colocada. A formação possibilitou construir subsídios para futuros encontros voltados às necessidades evidenciadas, com vistas à melhoria na execução do PNAE. Dessa forma, buscou-se o fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional no âmbito das escolas municipais do Recôncavo, evidenciando o papel das (os) merendeiras (os) como atrizes (atores) essenciais no processo, sendo este, de forma coparticipativa para a promoção de uma alimentação saudável.

Referências

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

PITANO, S. D. C. A educação problematizadora de Paulo Freire: uma pedagogia do sujeito social. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 87-104, jun. 2017.

Formação de conselheiros da alimentação escolar de municípios baianos

Sheila Monteiro Brito
Lorene Gonçalves Coelho
Fabiane Santana dos Santos
Carolina Nascimento Ribeiro
Vanessa Nogueira Lopes Maia
Edleuza Oliveira Silva

Introdução

O Conselho da Alimentação Escolar (CAE) consiste em um órgão colegiado imprescindível para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizando ações de controle social nas diferentes dimensões do Programa. Ante tal complexidade, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em parceria com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, desenvolve ações de assessoramento e formação de membros do CAE. Diante disso, este trabalho teve como objetivo realizar encontros de formação para Conselheiros da Alimentação Escolar de municípios baianos.

Metodologia: Foram planejados e executados dois Encontros Regionais, na modalidade remota, promovendo o debate e a construção dos saberes sobre as atribuições do CAE, controle social e PNAE, assim como apresentar ferramentas necessárias para aperfeiçoar o desempenho das suas funções. Os conselheiros foram convidados a participar dos encontros via e-mail e por aplicativos de rede social. O percurso teórico-metodológico dos encontros foi fundamentado nos princípios da Educação Popular e nas legislações vigentes, sendo utilizadas ferramentas digitais interativas. Os encontros ocorreram em julho e agosto de 2022 e contaram com a participação de 153 conselheiros, representando 68 municípios da Bahia.

Resultados: As atividades realizadas durante os encontros consistiram em dinâmicas e reflexões sobre sentimentos e desafios de ser conselheiro, exposição dialogada sobre a importância do controle social para a execução do PNAE e ferramentas de apoio ao CAE, e elaboração de Planos de Ação. Para esta atividade, os participantes foram divididos em grupos de trabalho, em diferentes salas virtuais, utilizando uma matriz para sistematização das ações, possibilitando uma construção coletiva a partir da experiência de cada conselheiro nos diversos contextos. Como atividade de encerramento, foi utilizada uma “Roleta Digital Interativa” para a síntese dos conteúdos trabalhados. Conclui-se, portanto, que as atividades realizadas proporcionaram a participação ativa dos conselheiros e a partilha de experiências e vivências acerca de sua atuação no PNAE, desafios e pertencimento no exercício do controle social.

Conclusão: As ferramentas utilizadas se mostraram estratégias potentes para dinamizar os encontros e fomentar as discussões, em situações que impossibilitam a realização de encontros presenciais, além da formação de redes colaborativas para o fortalecimento do CAE nos municípios baianos.

Assim, destaca-se a importância do CECANE nesse papel formador ao proporcionar diálogos com e entre os conselheiros sobre o PNAE na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas. Desse modo, a articulação CECANE e CAE contribui para a boa execução das diferentes ações do Programa por seus múltiplos atores, a exemplo das práticas de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito da alimentação escolar.

Referências

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

PITANO, S. D. C. A educação problematizadora de Paulo Freire: uma pedagogia do sujeito social. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 87-104, jun. 2017.

Elaboração de um E-book sobre preparações culinárias
saudáveis no âmbito do PNAE: uma construção coletiva
entre CECANE-UNIRIO e Nutricionistas do PNAE

Michel Carlos Mocellin
Elaine Cristina Lima
Thais Salema Nogueira de Souza
Giane Moliari do Amaral Serra
Claudia Roberta Bocca Santos
Alessandra da Silva Pereira

Introdução

A alimentação adequada e saudável é um direito de todos e um dever do Estado e a criação de recursos diversos que facilitem a incorporação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas públicas são fundamentais. Valorizar a cultura, a diversidade e a regionalidade alimentar é um dos pilares das práticas culinárias no âmbito do PNAE, além de valorizar a culinária enquanto prática emancipatória (BRASIL, 2012; BRASIL, 2018; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2021). O nutricionista é um profissional essencial para a plena execução do PNAE e dentre as suas diversas atribuições está a realização de ações de EAN que encontra nas práticas culinárias um potente alicerce. O objetivo deste trabalho foi elaborar um e-book “vivo” com preparações culinárias que atendessem as normas do PNAE vigentes a partir da publicação da Resolução nº 6/2020 (BRASIL 2020), visando ser uma ferramenta de auxílio à implementação das respectivas normativas, assim como, de incentivo à promoção da alimentação adequada e saudável.

Métodos: Em 2020 iniciou-se o processo de seleção de preparações culinárias que valorizassem a cultura alimentar do Estado do Rio de Janeiro, que apresentassem preparações diversas e regionais para compor o e-Book. A ideia do “vivo” se dá em razão da construção coletiva e permanente, com possibilidade de acréscimo de novas preparações na publicação virtual. O processo de elaboração contou com contribuições do Grupo de Pesquisa em Alimentação e Nutrição Escolar, CECANE-UNIRIO, diferentes núcleos da Escola de Nutrição - UNIRIO, alunos bolsistas e voluntários, e, de nutricionistas que atuam no PNAE. As preparações selecionadas também deveriam atender aspectos nutricionais do PNAE. Para cada preparação foram descritos os ingredientes e modo de preparo, assim como, foi elaborada a respectiva ficha técnica (FT).

Resultados: O material apresenta cerca de 50 preparações (salgadas, doces e bebidas), sendo, portanto, ferramenta importante para apoiar o planejamento de grandes e pequenas refeições. Foram incluídas preparações diversificadas e com características regionais do Estado, além de considerar aspectos diversos em relação aos espaços físicos e de estrutura de diferentes Entidades Executoras (EEEx) o que torna a publicação adaptável a diferentes realidades. A apresentação das FT de cada preparação, contribui com o planejamento técnico dos cardápios pelo Nutricionista. Por fim, as preparações são um convite para que outros atores do PNAE possam se envolver e executar tais preparações, sendo esta uma ação de EAN participativa e colaborativa. O e-book pode ser acessado via qr-code a seguir (Figura 1).

Figura 1: Qr-code de acesso ao e-book.



Conclusão: O presente material foi desenvolvido com a participação de diversos nutricionistas de diferentes EEx do Estado, o que torna o material de uso prático e efetivo, além de aproximar a Universidade da prática profissional, permitindo, assim, que diferentes atores possam elaborar e executar ações de EAN no PNAE.

Referências

BRASIL. Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ed. 89, p. 38, 12 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional. Brasília: MDS, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília: MDS, 2012.

OLIVEIRA, MH; OLIVEIRA AL. Oficina culinária como troca de saberes, educação alimentar e nutricional, e inclusão produtiva: relato de experiência. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 2, p. 196–212, 2022.

Elaboração de material de apoio à Educação Alimentar e
Nutricional junto ao ensino médio: uma experiência de
construção coletiva do CECANE-UNIRIO

Michel Carlos Mocellin
Alessandra da Silva Pereira
Thais Salema Nogueira de Souza
Giane Moliari do Amaral Serra
Claudia Roberta Bocca Santos
Maria de Lourdes Carlos Ferreirinha Rodrigues

Introdução

Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) se configuram como um dos dois eixos centrais para o cumprimento dos objetivos do PNAE (BRASIL, 2009). De acordo com os atos normativos do Programa, as atividades de EAN devem ser previstas, programadas e desenvolvidas no cotidiano escolar e inseridas de modo transversal no PPP das escolas (BRASIL, 2020). Todavia, há necessidade de incentivar e apoiar educadores para a realização dessas atividades. Diante disto, o objetivo é relatar o processo de construção de material de apoio a educadores do Ensino Médio para a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas.

Métodos: O processo de construção deste material foi coletivo e participativo, realizado de 2018 a 2019, pela equipe técnica do CECANE-UNIRIO e com apoio técnico-pedagógico de professores do ensino médio, nutricionistas do PNAE, pesquisadores e colaboradores das áreas de Saúde e Educação. As abordagens e conteúdos foram discutidos por meio de oficinas de trabalho e pareceres técnicos realizados com esses profissionais. Ressalta-se que o material teve como inspiração teórico-metodológica a Base Nacional Comum Curricular e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas, sendo o princípio da transversalidade de conhecimentos estruturantes no desenvolvimento do material.

Resultados: O material está organizado em 10 seções, que desdobram os temas mobilizadores do movimento "Comer pra quê?", que foram divulgados nas quartas capas dos livros didáticos do ensino médio a partir de 2018. Cada seção possui um texto contextualizador da temática relacionado à alimentação e indicações de leituras e materiais complementares, na intenção de oferecer informações e mobilizar reflexão e interesse dos educadores. Em seguida, são apresentadas duas propostas de atividades práticas e uma atividade "curinga", com a indicação das disciplinas e áreas do conhecimento (Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Matemática; Linguagens) que podem desenvolver as atividades de forma transversal. Todas as atividades preveem a participação dos escolares, sendo o educador um moderador das ações. O material pode ser acessado pelo qr-code a seguir (Figura 1).

Figura 1: Qr-code de acesso ao material desenvolvido, 2018-2019.



Conclusão: Este material permite aos educadores desenvolverem temas relacionados à alimentação de forma transversal e, também, integrada com outras disciplinas e docentes. O material busca auxiliar educadores e escolares a refletirem criticamente sobre suas condições de vida e escolhas alimentares; os papéis dos atores sociais envolvidos na elaboração da comida; as relações entre mídia e consumo alimentar; o direito humano à alimentação adequada; os sistemas alimentares e desperdício de alimentos. Face ao exposto, este material poderá consolidar as ações do PNAE em todas as instituições educacionais públicas de ensino médio no território brasileiro.

Referências

BRASIL. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, p. 30, 17 jun. 2009.

BRASIL. Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ed. 89, p. 38, 12 mai. 2020.

Alimentação saudável e sustentável no ambiente
escolar: uma análise a partir das oficinas regionais da
produção da agricultura familiar para a boa execução do
PNAE no Rio Grande do Sul

Etho Roberio Medeiros Nascimento
Luciana Dias de Oliveira
Vanuska Lima da Silva
Amanda Souza Silva Sperb
Agnes Gomez Kopper
Stephanie Salati Cardoso

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o tema da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar, são meios necessários para a formação de hábitos alimentares saudáveis. De maneira geral, a compra de alimentos da agricultura familiar e valorização de produtos locais, está relacionada ao acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, que promovem a segurança e soberania alimentar. Considerando que a escola é um espaço de compartilhamento de conhecimento, a inserção de práticas e conceitos sobre sistemas produtivos sustentáveis e de base agroecológica, podem contribuir de forma significativa para a divulgação da importância da formação de hábitos saudáveis a partir de ações de EAN.

O objetivo deste trabalho foi identificar as principais estratégias de promoção da alimentação saudável e sustentável no ambiente escolar, a partir da percepção dos atores do PNAE participantes das Oficinas Regionais da Produção da Agricultura Familiar para a boa execução do PNAE, promovidas pelo CECANE UFRGS. Para tanto, foram analisados 22 municípios gaúchos com percentual de compras da agricultura familiar abaixo dos 30% obrigatórios pela legislação do PNAE no ano de 2021. Foram elaborados e enviados questionários estruturados com perguntas fechadas e de múltipla escolha no *Google Forms* para levantamento de informações junto a atores do PNAE. Foram realizados também 4(quatro) encontros remotos com grupos de agentes atuantes no PNAE, com aplicação da metodologia *SWOT*, possibilitando o levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da compra da agricultura familiar.

Dentre os principais resultados, destaca-se que a promoção da compra da agricultura familiar está relacionada com as características e simbologias por trás destes produtos, como a garantia de acesso a um alimento fresco, de qualidade, saudável, que respeita os aspectos sociais e culturais da comunidade. Para que esse fortalecimento ocorra, observou-se, junto aos grupos focais, a necessidade da implementação de estratégias para a promoção da alimentação saudável nas escolas, com destaque para ações de EAN junto à comunidade escolar, como prática pedagógica e de mudança cultural; implantação de hortas escolares de base agroecológica nas escolas municipais, para que os alunos possam cultivar e aprender sobre os alimentos saudáveis e seus benefícios na alimentação; inclusão do tema da alimentação saudável no currículo escolar; utilização dos alimentos como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizado; e a realização de oficinas de culinárias com a abordagem do tema dos alimentos saudáveis e produção sustentável. Concluiu-se que os avanços na promoção da

alimentação saudável e compra da agricultura familiar no PNAE perpassam pela *Nexus* entre a valorização dos mercados da agricultura familiar, utilização de práticas agrícolas sustentáveis e agroecológicas e a utilização e difusão dessas práticas juntos às ações e ferramentas de EAN utilizadas no ambiente escolar.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 2, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Brasília: Ministério da Educação, 2020.

PEREIRA, N.; FRANCESCHINI, S.; PRIORE, S. Qualidade dos alimentos segundo o sistema de produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional: revisão sistemática. Saúde e Sociedade, v. 29, p. e200031, 2020.

SANTOS, L. S.; RÉGIS, M. M.; NASCIMENTO, A. P. B. Hortas comunitárias: contribuição para segurança alimentar e inclusão social. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, ISSN eletrônico 2318-8472, v. 09, n. 69, 2021.

TROIAN, A.; BREINTENBACH, R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento (RS): Desafios para a Adequação à Lei dos 30%. Rev. do Desenv. Regional, Univ. de Santa Cruz do Sul. vol. 25, n. 2, p. 570-589, 2020.

Educação alimentar e nutricional na escola: hortas escolares urbanas e oficinas para o preparo de sal de ervas

José Arimatea Barros Bezerra
Paulo Henrique Machado de Sousa
Fernanda Elaine Barros Souza
Luiz Eduardo Oliveira Holanda

Introdução

Trata-se de uma ação de educação alimentar e nutricional (EAN) realizada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), como estratégia de enfrentamento do alto consumo de sal e das consequências para a saúde, notadamente, em relação à incidência de doenças crônicas não transmissíveis, na população em geral e na escolar em particular. O referido sal é uma preparação simples, que consiste em adicionar ervas desidratadas ao sal de cozinha com o intuito de reduzir a quantidade de sódio ingerida e melhorar, a qualidade nutricional das preparações, seja na escola seja em casa. Nesse contexto, o objetivo principal foi desenvolver uma estratégia de promoção de EAN para integrantes de escolas públicas da cidade de Fortaleza, Ceará, por meio do cultivo de ervas em hortas escolares urbanas e da produção do sal condimentado supracitado.

Metodologia

Inicialmente, aconteceu o planejamento das oficinas com a elaboração do conteúdo programático a ser trabalhado com os participantes. Foram selecionadas as escolas alvo de execução da ação, realizados encontros de sensibilização, integração e diálogo entre o CECANE UFC e representantes da comunidade escolar. Por fim, aconteceu a implantação das hortas e a execução das oficinas de sal de ervas. Na culminância da ação, os alunos participantes apresentaram o sal de ervas aos colegas, professores e familiares e distribuíram amostras do produto. A execução dessa ação teve como norte pressupostos legais de segurança alimentar e nutricional (SAN) e de direito humano à alimentação adequada (DHAA) constantes no arcabouço legal que configura a política nacional de SAN. O conceito de EAN foi tomado do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. (BRASIL, 2012, p. 23). Em termos pedagógicos, a atividade ancorou-se numa abordagem crítica e problematizadora da realidade, guiada por metodologia ativa favorável ao diálogo e ao desenvolvimento da autonomia dos participantes. (FREIRE, 2011 e 2008; BRASIL, 2012; BEZERRA, 2018).

Resultados

Essa ação de EAN foi desenvolvida em cinco escolas públicas de ensino médio da rede estadual de ensino. Foram implantadas cinco hortas escolares urbanas e realizadas 08 (oito) oficinas de sal de ervas, ações que atingiram diretamente 130 alunos que participaram da atividade e respectivas famílias; 05 (cinco) professores coordenadores da ação na escola; 10 (dez) merendeiras das escolas envolvidas. Indiretamente, estima-se ter chegado a

2.518 alunos. Em uma das escolas, os alunos envolvidos com a ação produziram, na disciplina de Robótica, um modelo sustentável automatizado de irrigação de horta que foi selecionado para disputar a fase estadual do Programa Ceará Científico, do Governo do Estado do Ceará.

Conclusão

O objetivo da ação foi atingido. O conhecimento sobre essa tecnologia de EAN e sua relevância para a saúde e bem estar das pessoas foi disseminada de forma satisfatória, de forma direta e indireta, no âmbito da comunidade escolar, dentro dos limites da ação. Essa ação é aplicável em outras escolas públicas, considerando contexto e peculiaridades locais, que pode contribuir, sobremaneira, para o desenvolvimento de comportamento autônomo da comunidade escolar em relação ao uso adequado do sal. Ademais contribui para a entrada da temática EAN no currículo escolar, de forma transversal, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Referências

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação alimentar e nutricional:** articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC; Brasília, DF: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 31. ed. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Educação alimentar e nutricional e formação de professores pedagogos

José Arimatea Barros Bezerra
Ludmir dos Santos Gomes

Introdução

A Lei 11.947/2009, Art. 2º, ao estabelecer as diretrizes da alimentação escolar, determina "a inclusão da educação alimentar e nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar...". A Lei nº 13.666/2018 alterou o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional incluindo EAN como tema transversal no currículo da educação básica. O atual fenômeno nominado transição nutricional evidencia EAN como estratégia de busca de práticas de alimentação saudável. Contudo, esse assunto não tem sido objeto de estudo nos cursos de licenciatura, notadamente, o Curso de Pedagogia, que forma o profissional da educação que tem atuação mais significativa na formação escolar inicial, período em que se formam valores, hábitos e atitudes, inclusive os alimentares. Trata-se de um relato de experiência que teve por objetivo promover a inclusão da temática educação alimentar e nutricional (EAN) na formação de professores pedagogos, do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Metodologia

A experiência aconteceu por meio da disciplina EAN, entre 2015 e 2022. Trata-se de uma disciplina semestral teórico-prática que foi incluída no currículo do curso de Pedagogia da FACED UFC, de natureza optativa. Porém, quaisquer alunos da UFC podem cursá-la como disciplina livre. Tem como conteúdo programático: histórico e conceitos de EAN; princípios para as ações de EAN; campos de práticas da EAN; currículo, dialogicidade e transversalidade; alimentação e EAN no currículo e no espaço escolar. A carga horária é de 64 horas aulas, das quais 50% se destinam à análise de uma problemática de insegurança alimentar e nutricional em escola ou noutro espaço social, seguida do planejamento e elaboração de um plano de ação de EAN que contribua para superar tal problema. Em termos teóricos, a atividade ancora-se numa abordagem crítica problematizadora da realidade, guiada por metodologia ativa favorável ao diálogo e ao desenvolvimento da habilidade de pensar um problema social e educacional, propondo uma ação de intervenção baseada no pressuposto freireano de ação-reflexão-ação. (BEZERRA, 2009, 2018; BRASIL, 2009, 2012, 2014 e 2014; FREIRE, 2008; FREITAS et. al., 2013;).

Resultados

Essa experiência tem duração de 08 (oito) anos e já alcançou 319 alunos, em 2022, dos quais 84% são do curso de Licenciatura em Pedagogia, 14% do curso de Bacharelado em Gastronomia e 2% de outros cursos. Devido à crescente procura, em 2019, a oferta passou de anual para semestral. As

atividades práticas dos alunos de Pedagogia mostram uma apropriação deles sobre a discussão de EAN e sua inserção no currículo escolar, numa perspectiva transdisciplinar e transversal. Já os alunos de gastronomia, em geral, pensam e propõem EAN em espaços de alimentação coletiva, buscando aproximação desses ambientes e da prática do gastrônomo com ações de desenvolvimento das cadeias produtivas locais, notadamente agricultura familiar, em função do desenvolvimento sustentável.

Conclusão

O assunto EAN passou a ser estudado pelos alunos do curso de Pedagogia da UFC, numa perspectiva transdisciplinar e transversal. Uma experiência que tem contribuído para superar ou amenizar o preconceito dos estudantes e futuros pedagogos em relação à temática alimentação na escola, representada na afirmação comum de que seria assunto de nutricionista e merendeiras. Há necessidade de estudos sobre o impacto dessa experiência na prática de pedagogos que a vivenciaram durante sua formação.

Referências

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da alimentação escolar. **Revista Brasileira de Educação**, jan./abr. 2009, v. 14, n. 40, p 103-115.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação alimentar e nutricional**: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC; Brasília, DF: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.666**, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília, DF: 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 31. ed. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de et al. Escola: lugar de estudar e de comer. **Ciênc. saúde coletiva** [on line], 2013, vol.18, n.4, p. 979-985.

A escola pública como chão do agricultor familiar:
vivência em um centro municipal de educação infantil de
Maceió, Alagoas

Anna Carla Cavalcante Luna dos Santos
Maria Alice Araújo Oliveira
Andréa Valéria Dacal Mattos Casado
Bruna Merten Padilha

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa brasileira que tem como objetivo garantir a oferta de alimentação adequada e saudável para estudantes de escolas públicas (BRASIL, 2020). É considerado um dos maiores do mundo, principalmente no que se refere ao atendimento universal. O PNAE estimula a compra de alimentos da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a promoção de hábitos alimentares saudáveis (CUNHA, 2010; CAMOZZI, 2015). Ações de interação entre escola e agricultor familiar proporcionam trocas de saberes importantes, incluindo as técnicas de cultivo de hortas, e ainda, possibilita o fortalecimento da política de valorização da agricultura familiar e agroecologia (NOGUEIRA, 2005). Assim, o projeto teve como objetivo promover interação entre escola e agricultor, visando desenvolver práticas sustentáveis na escola.

Metodologia

Tratou-se de projeto de intervenção planejada para melhorar as condições de manutenção da horta escolar do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Maria de Lourdes Vieira, no município de Maceió/Alagoas. A horta foi construída por alunos, professoras e membros da comunidade, como parte do projeto “Semeando possibilidades e colhendo experiências para a vida”, a partir da necessidade de oportunizar o protagonismo das crianças do 2º período, na aquisição de novos conhecimentos (Figura 1). Apesar da relevância pedagógica, a falta de conhecimentos técnicos de horticultura ocasionou o aparecimento de pragas e, consequentemente, afetou negativamente o desenvolvimento das plantas. O projeto em pauta “A escola pública como chão do agricultor familiar” ocorreu, em outubro de 2019, com o apoio de nutricionistas e representantes de uma cooperativa de produção agroecológica. A ação foi dividida em três etapas: primeira etapa – Conhecendo a agricultura familiar e relatando desafios – a nutricionista conduziu um diálogo lúdico entre agricultores familiares e alunos, sobre os alimentos plantados na escola e os desafios que estavam encontrando para manter a horta viva e saudável. Os agricultores relataram sua vivência no campo, incluindo o que cultivam, as técnicas agroecológicas na produção dos quintais produtivos, e ainda sugeriram novas estratégias para superar os desafios encontrados no CMEI. Em toda discussão, enfatizou-se a relevância da oferta de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, principalmente dos produtos de base agroecológica (Figura 2). Na segunda etapa – Apresentando a horta – os alunos e professoras conduziram os agricultores à horta escolar, onde apresentaram o trabalho desenvolvido pelo CMEI. Foram plantadas mudas trazidas pelos produtores e sanadas

dúvidas a respeito do plantio (Figura 3). Após esta vivência, ocorreu a última etapa – Agradecimentos – os alunos homenagearam os agricultores com painéis pintados a partir de carimbos de folhas da horta e fotografias das turmas. Esta etapa foi encerrada com lanche, composto por preparações regionais.

Resultados

Constatou-se que a conexão entre estes agentes participantes do PNAE corroborou para a compreensão coletiva do agricultor familiar como sujeito primordial na promoção de ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis, podendo apoiar no desenvolvimento de práticas na escola, como é o caso das hortas escolares e a promoção de hábitos alimentares saudáveis

Conclusão: Recomenda-se a reprodução de ações similares em outras escolas, objetivando a implantação e cultivo de hortas e pomares no espaço escolar.



Figura 1 – Construção da horta escolar: Projeto Semeando possibilidades e colhendo experiências para a vida.



Figura 2 – Conhecendo a agricultura familiar e relatando desafios em diálogo lúdico.



Figura 3 – Apresentando a horta para os agricultores e plantando mudas.

Referências

BRASIL. **Resolução nº6 de maio de 2020**. Ministério da Educação. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília. Recuperado de: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-inf-ormacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Nota Técnica Nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE “Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação”. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf>

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici et al. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 32-37, 2015.

CUNHA, E.; SOUSA, A. A.; MACHADO, N. M. V. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.39-49, 2010.

NOGUEIRA, Wedson Carlos Lima. **Horta na escola**: uma alternativa de melhoria na alimentação e qualidade de vida. Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG. Belo Horizonte, v. 3, 2005.

UNESCO. **Programa Mesa Educadora para a Primeira Infância: concepções metodologia e manual de implantação**. Brasília: Gerdau, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2011. v. 5. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002147/214771por.pdf>> Acesso em: 13 maio 2017.

Recorte da realização de ações de educação alimentar e
nutricional pelos municípios assessorados pelo CECANE
PR, nos anos de 2021 e 2022

Sandy de Fatima de Souza
Angélica Aparecida Maurício
Anna Paula Vieira dos Santos
Fernanda Luiza Dill Araújo
Dalton Metz Muniz
Caroline Opolski Medeiros

Resumo

Dentre os objetivos e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem-se a contribuição para a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), e a inclusão desta no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa o currículo escolar (1,2). Diante disto, é importante monitorar o cumprimento destas normativas pelas Entidades Executoras (EExs). Nesse contexto, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Paraná (CECANE PR), tem sido uma unidade de referência e apoio para desenvolver ações de interesse do PNAE, como as ações de Monitoramento e Assessoria às EExs do Paraná. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi verificar a realização das ações de EAN nos municípios paranaenses, tendo por base o estabelecido na legislação vigente, contribuindo para o aprimoramento do Programa.

Métodos

Foram utilizados dados de municípios paranaenses participantes da ação de Monitoramento e Assessoria nos anos de 2021 e 2022. Tais EExs foram selecionadas pelo FNDE para as atividades do CECANE PR, com base em critérios específicos e pré-estabelecidos pelo órgão. As ações realizadas pelas EExs foram identificadas por meio da aplicação de questionários pré-estruturados, direcionados para o nutricionista Responsável Técnico (RT) e/ou equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Foram coletadas informações sobre a realização de EAN, sua abrangência, registro da documentação, continuidade, articulação junto aos profissionais da educação e multidisciplinaridade. Complementarmente, em 2022 também se observou a participação da RT na inserção do tema EAN nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas.

Resultados

Ao todo foram atendidos 39 municípios, sendo 21 no ano de 2021 e 18 em 2022. Foi observado que 79% das EExs realizava as ações de EAN, porém em 18% a execução não atendia a totalidade da comunidade escolar. Em 67% dos locais as ações eram contínuas e permanentes; contudo em 49% não houve articulação entre o RT e os profissionais da educação para apoiar e aprimorar as ações, bem como em 41% as ações não eram intersetoriais e multiprofissionais. As maiores prevalências de inadequações encontradas corresponderam a 83%, em 2022, de municípios onde o nutricionista não participou da inserção do tema EAN nos PPP das escolas; e 59%, nos dois anos, da ausência de registro das ações desenvolvidas.

Conclusão

Constatou-se que apesar da maioria dos locais analisados desenvolverem ações de EAN com seus estudantes, ainda há muitos desafios a serem solucionados para efetivamente cumprir e atender o objetivo e diretrizes do PNAE. O maior entrave possivelmente pode estar relacionado à inclusão do nutricionista na inserção do Tema de EAN nos currículos escolares, onde o profissional poderia contribuir no avanço da articulação entre os profissionais, promovendo a intersetorialidade, multiprofissionalidade e desenvolvimento de ações transdisciplinares.

Referências

1. BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, 2009.
2. BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 6 de 8 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2020.

Planejamento de ações de educação alimentar e
nutricional no ambiente escolar – Curso EAD promovido
pelo CECANE UFRGS

Agnes Gomez Kopper
Amanda Souza Silva Sperb
Luciana Dias de Oliveira
Vanuska Lima da Silva
Etho Roberio Medeiros Nascimento
Steffany Bens Pegoraro

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma importante ferramenta para desenvolver estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promover saúde, alimentação saudável e prevenir distúrbios relacionados à alimentação inadequada. A Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelece a inclusão da EAN no currículo escolar para o desenvolvimento de práticas saudáveis na perspectiva da SAN. O curso "Planejamento de ações de EAN no ambiente escolar" promovido pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CECANE UFRGS), busca instrumentalizar profissionais do PNAE para planejar ações permanentes, transversais e transdisciplinares em parceria entre profissionais de educação e nutrição das Entidade Executoras (EExs) participantes.

Metodologia

O curso é oferecido na modalidade de Educação a Distância através da plataforma Moodle Colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, destina-se a profissionais da nutrição e educação envolvidos no PNAE. São oferecidas 100 horas de formação por meio de oito módulos interdisciplinares, que incluem atividades individuais e em dupla. Ao final do curso, espera-se que cada dupla tenha elaborado um planejamento de ações de EAN para o município, com introdução, justificativa, objetivos e ações a serem realizadas. O curso emite um certificado para a dupla que concluir pelo menos 75% das atividades propostas

Resultados

No ano de 2022, houve a participação de 79 EExs, compreendendo 158 profissionais da área de nutrição e educação, os quais representaram todas as cinco regiões do território brasileiro. No início do curso os alunos receberam um guia de instruções acerca do processo de registro na plataforma Moodle colaboração. Desses, 134 conseguiram efetuar o registro com êxito, tendo auxílio por telefone para aqueles que enfrentaram problemas no acesso. Dos 134 alunos, 117 deles frequentaram o curso, tendo 17 que não acessaram a plataforma. Ocorreu a avaliação de todas as propostas submetidas e notou-se que a maioria dos projetos apresentavam como atividade de EAN prevista para realização a implementação de uma horta escolar, seguida por capacitação de docentes, atividades como semáforo dos alimentos, promoção de um lanche saudável, leitura de informações nutricionais nos rótulos dos alimentos e preparações de receitas tradicionais.

Conclusão

Em geral, observou-se um desempenho satisfatório dos alunos na execução das atividades e na elaboração do trabalho final do curso. O curso já está em sua sexta edição e, ao longo dos anos, 929 profissionais de 630 Eexs, entre nutricionistas e educadores, já o concluíram. É importante ressaltar que a promoção de práticas de EAN no ambiente escolar é crucial para incentivar hábitos alimentares saudáveis e garantir a SAN, e o curso tem apresentado resultados positivos em relação à formação dos profissionais envolvidos no PNAE.

Referências

BRASIL. Decreto n. 8.553, de 3 de novembro de 2015. Institui o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável. Diário Oficial da União: Brasília, 4 de novembro de 2015.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 2, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Educação alimentar e nutricional: Articulação de Saberes. Brasília, DF: FNDE, 120 p. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Resolução no 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para Crianças Menores de 2 anos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 88 p. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 156 p. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Portaria n. 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui a diretriz para a Promoção da alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2006.

Planejamento de ações de educação alimentar e
nutricional no ambiente escolar – Curso EAD promovido
pelo CECANE UFRGS

Agnes Gomez Kopper
Amanda Souza Silva Sperb
Luciana Dias de Oliveira
Vanuska Lima da Silva
Etho Roberio Medeiros Nascimento
Steffany Bens Pegoraro

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma importante ferramenta para desenvolver estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promover saúde, alimentação saudável e prevenir distúrbios relacionados à alimentação inadequada. A Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelece a inclusão da EAN no currículo escolar para o desenvolvimento de práticas saudáveis na perspectiva da SAN. O curso "Planejamento de ações de EAN no ambiente escolar" promovido pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CECANE UFRGS), busca instrumentalizar profissionais do PNAE para planejar ações permanentes, transversais e transdisciplinares em parceria entre profissionais de educação e nutrição das Entidade Executoras (EExs) participantes

Metodologia

O curso é oferecido na modalidade de Educação a Distância através da plataforma Moodle Colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, destina-se a profissionais da nutrição e educação envolvidos no PNAE. São oferecidas 100 horas de formação por meio de oito módulos interdisciplinares, que incluem atividades individuais e em dupla. Ao final do curso, espera-se que cada dupla tenha elaborado um planejamento de ações de EAN para o município, com introdução, justificativa, objetivos e ações a serem realizadas. O curso emite um certificado para a dupla que concluir pelo menos 75% das atividades propostas

Resultados

No ano de 2022, houve a participação de 79 EExs, compreendendo 158 profissionais da área de nutrição e educação, os quais representaram todas as cinco regiões do território brasileiro. No início do curso os alunos receberam um guia de instruções acerca do processo de registro na plataforma Moodle colaboração. Desses, 134 conseguiram efetuar o registro com êxito, tendo auxílio por telefone para aqueles que enfrentaram problemas no acesso. Dos 134 alunos, 117 deles frequentaram o curso, tendo 17 que não acessaram a plataforma. Ocorreu a avaliação de todas as propostas submetidas e notou-se que a maioria dos projetos apresentavam como atividade de EAN prevista para realização a implementação de uma horta escolar, seguida por capacitação de docentes, atividades como semáforo dos alimentos, promoção de um lanche saudável, leitura de informações nutricionais nos rótulos dos alimentos e preparações de receitas tradicionais.

Conclusão

Em geral, observou-se um desempenho satisfatório dos alunos na execução das atividades e na elaboração do trabalho final do curso. O curso já está em sua sexta edição e, ao longo dos anos, 929 profissionais de 630 Eexs, entre nutricionistas e educadores, já o concluíram. É importante ressaltar que a promoção de práticas de EAN no ambiente escolar é crucial para incentivar hábitos alimentares saudáveis e garantir a SAN, e o curso tem apresentado resultados positivos em relação à formação dos profissionais envolvidos no PNAE.

Referências

BRASIL. Decreto n. 8.553, de 3 de novembro de 2015. Institui o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável. Diário Oficial da União: Brasília, 4 de novembro de 2015.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 2, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Educação alimentar e nutricional: Articulação de Saberes. Brasília, DF: FNDE, 120 p. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Resolução no 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para Crianças Menores de 2 anos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 88 p. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 156 p. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.

Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Portaria n. 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui a diretriz para a Promoção da alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2006.

Registro de ações de educação alimentar e nutricional na prestação de contas do PNAE no Estado do Acre

Andressa de Araújo Lima
Vânia Thais Silva Gomes
Fernanda Andrade Martins
Alanderson Alves Ramalho

Introdução

A Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020 ressalta, em seu artigo 14 que "é de responsabilidade da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, no âmbito de sua respectiva jurisdição administrativa, mediante atuação coordenada dos profissionais de educação e do responsável técnico e demais nutricionistas, a inclusão da educação alimentar e nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa de maneira transversal o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas e habilidades que promovam modos de vida saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional" (BRASIL, 2020). Desta forma, o objetivo deste estudo foi descrever o registro de ações de educação alimentar e nutricional na prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Estado do Acre no ano de 2022.

Métodos

Trata-se de um estudo observacional descritivo transversal que utilizou dados públicos da prestação de contas do PNAE no Estado do Acre referente ao ano de 2022. Os dados foram acessados no Sistema de Gestão de Prestação de contas (SIGPC), no módulo de Alimentação Escolar, na data de 22 de abril de 2023. Esta data foi escolhida pois o prazo final para a prestação de contas ocorreu no dia 16 de abril de 2023. Foram utilizadas as informações de registro de EAN, por meio das duas questões presentes no Questionário PNAE: 1 - "As escolas contemplam ações de educação alimentar e nutricional no projeto político-pedagógico (PPP)"?, e, 2 - "As ações de educação alimentar e nutricional foram planejadas, executadas e documentadas?". Ambas, possuem como alternativas: Sim, não ou parcialmente. Descreveu-se a frequência do registro das duas questões para as Entidades Executoras do Acre (Estado e as 22 prefeituras municipais do Estado).

Para verificar o percentual de municípios que contemplam ações de EAN no PPP e registro de planejamento, execução e documentação das ações, foi construído um indicador combinado das duas questões do questionário do PNAE. Os dados utilizados neste estudo estão publicamente disponíveis para acesso e utilização irrestrita e sem identificação nominal por meio do SIGPC no endereço eletrônico <<https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>>, e desta forma dispensam apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa nos termos da Resolução CNS 466/12.

Resultados

Do total de 23 Entidades Executoras (Estado e 22 municípios), quatro municípios não registraram as informações no sistema até a data de 22 de abril de 2023 e foram excluídos da análise. O Estado registrou que as escolas estaduais continham ações de EAN no PPP e houve registro de planejamento, execução e documentação das ações. Dos 18 municípios que continham registros no SIGPC, 11,1% informaram que o PPP das escolas não contemplava ações de EAN; 50% informaram que contemplava e 38,9% informaram que contemplavam parcialmente. Quanto ao planejamento, execução e documentação das ações de EAN, 11,1% informaram que não realizaram; 38,9% informaram que realizaram e 50% informaram que realizaram parcialmente. Quando as informações foram agrupadas no indicador combinado das duas questões, apenas 27,8% registraram ter ações de EAN no PPP e realizar adequadamente o planejamento, execução e documentação das ações.

Tabela 1 – Distribuição (%) do registro de ações de EAN no projeto político-pedagógico e planejamento, execução e documentação das ações nas escolas municipais do Estado do Acre no ano de 2022.

Variáveis	n	%
O projeto político-pedagógico das escolas contempla ações de EAN		
Não	2	11,1
Sim	9	50,0
Parcialmente	7	38,9
Planejamento, execução e documentação das ações de EAN		
Não	2	11,1
Sim	7	38,9
Parcialmente	9	50,0
Ações de EAN no PPP e registro de planejamento, execução e documentação das ações		
Não	13	72,2
Sim	5	27,8

Conclusão

No ano de 2022 a entidade executora Estadual do Acre, registrou no SIGPC que as escolas estaduais continham ações de EAN no PPP e realizavam o planejamento, execução e documentação das ações. Em relação as entidades executoras municipais, apenas 27,8% registraram ter ações de EAN no PPP e realizar adequadamente o planejamento, execução e documentação das ações.

Referência

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020**. [Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE]. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <

Avanços institucionais e desafios a implantação ações de Educação Alimentar e Nutricional destinadas ao fomento de hortas escolares de base agroecológica

Renata Lopes de Siqueira
Roberto dos Santos Lacerda
Felipe de Sena e Silva
Maria Thaiane da Silva Mendonça
Carla Caroline de Jesus Santos Oliveira

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regido pela Lei nº 11.947/2009, é uma importante estratégia para a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) pois estabelece a obrigatoriedade da aplicação de, pelo menos, 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios, na compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) via Chamada Pública (CP).^{1; 2; 3}. Fruto de um reconhecimento político mitigado por movimentos sociais acerca das condições crônicas de vulnerabilidade socioeconômica dos povos tradicionais, a lei determina que nas CP devam ser priorizadas as comunidades tradicionais. Visando a realização da dimensão qualitativa do DHAA e o fomento a modos de produção sustentáveis, também prevê a priorização de produtores orgânicos e agroecológicos.^{1; 4}. Não obstante os avanços legais, há evidências científicas acerca da participação incipiente e de prática discriminatória dos povos tradicionais na CP.^{5; 6; 7; 8}. Partindo da hipótese que este cenário de transgressão legal é, entre outros fatores, dado pelo distanciamento cultural e a ausência de apoio estrutural e técnico para produção sustentável, o objetivo foi promover oficinas de hortas comunitárias agroecológicas mediadas por posturas culturalmente relativizadoras.

Método/ Metodologias

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-intervenção, onde o pesquisador atua como mediador que articula, organiza encontros, sistematiza as vozes e os saberes produzidos pelos sujeitos, numa escuta qualificada com vistas à solução de problemas oriundos do próprio contexto de pesquisa.⁹ O projeto foi desenvolvido na Comunidade Quilombola Mocambo, no município de Porto da Folha, SE, de abril/2022 a mar/2023. Procedeu-se à conjugação de diferentes procedimentos de pesquisa: observação participante, rodas de conversas com presidente da associação comunitária, diretor da escola e 04 professores, entrevistas semiestruturadas com 61 AF, e oficinas de hortas comunitárias agroecológicas com 35 escolares do 1º ano do ensino médio. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, segundo Bardin¹⁰. O projeto foi aprovado pelo CEP/UFS, protocolo N. 5.597.177 de 23/03/2022.

Resultados

Na análise do discurso das entrevistas detectou-se de 4 categorias temáticas e respectivas unidades de análise (Quadro 1):

Quadro 1- Categorias temáticas e unidades de análise do conteúdo das junto aos agricultores familiares sobre participação no PNAE e produção agroecológica, Comunidade Quilombola de Mocambos, Porto da Folha, SE, 2023.

CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Distanciamento sociocultural	Fragilidades Comunitárias	Fragilidade Comunitárias	Demandas comunitárias
Unidades de Análise			
Compreensão homogeneizadora	Desconfiança	Resiliência	Reconhecimento e respeito cultural
Postura etnocêntrica	Falta de expectativa	Experiência de luta	Fortalecimento e aprimoramento dos mecanismos legais de punição
Racismo estrutural e institucional	Conflitos de poder e interesses	Capacidade de mobilização e articulação política	Maior acesso a divulgação das CP
Distanciamento físico	Carência de assistência técnica	Preservação da cultura	Respeito e apoio a cultural
Inequidade na divulgação e acesso as CP.	Infraestrutura produtiva precária	Iniciativas de afirmação, perpetuação e promoção da identidade quilombola	Apoio técnico e estrutural a produção da AF
	Desconhecimento incipiente sobre operacionalização do PNAE e procedimento de aquisição da AF		
	Não representatividade no CAE		

As oficinas, mediadas por metodologias ativas¹¹, ocorrem em 4 etapas: 1ª) roda de conversa com escolares para apresentação, sensibilização, definição do área da horta (Fig. 1), 2ª) preparo e limpeza da área; 3o) socialização e debate dos cuidados preventivos de pragas e doenças, uso adequado da água e adubação, e 4o) implementação colaborativa da horta (fig. 2).

Fig 1.



Fonte: Acervo CECANE/UFS

Fig2



Fonte: Acervo CECANE/UFS

Conclusão

Os resultados corroboram a premissa de que o distanciamento sociocultural e a falta de apoio estrutural agravam a situação fome, má alimentação, êxodo rural, entre outros problemas historicamente vivenciados por povos tradicionais. Por outro lado, a protagonismo juvenil na produção da horta comunitária escolar, mediado por metodologias ativas e relativizadoras, apontaram para um processo de resistência cultural e consolidação gradativa dos avanços institucional do PNAE em prol do DHAA escolar e SAN local.

Referências

1. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 11. 947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10. 880, de 9 de junho de 2004, 11. 273, de 6 de fevereiro de 2006, 11. 507, de 20 de julho de 2007a; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2. 178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8. 913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2-4.
2. DORNELES, F. M., MAINARDI, C. F., BETTENCOURT, A. F., PIRES, R. G., SIMÕES, F. S. B., NASCIMENTO, S. G. S. N. (2019). Panorama da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do Rio Grande do Sul. *ECoDAF*, 4(1):86-101.
3. OLIVEIRA, L. G., BATALHA, M. O., PETTAN, K. B. (2017). Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. *Ciência Rural*, 47(1):1-6.
4. NORONHA, A. P. (2013). O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.
5. GONÇALVES, H. V. B., CUNHA, D. T., STEDEFELDT, E., ROSSO, V. V. (2017). Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating. *Ciência Rural*, 45(12), 2267-2273.
6. FERIGOLLO, D., KIRSTEN, V. R., HECKLER, D., FIGUEREDO, O. A. T., PEREZ-CASSARINO, J., TRICHES, R. M. (2017). Aquisição de produtos da agricultura

familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. *Rev Saúde Pública*, 51(6): 01-10.

7 BRITO, T. P., PEREIRA, V. G., SANTOS, A. P. (2018). Os limites, desafios e Potencialidades da agricultura Familiar no PNAE em municípios Atingidos pela mineração. *Retratos de Assentados*, 21(2):192-224.

8. LIRA, J. S. (2016). *Resiliência da Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.

9. MOREIRA MIC. Pesquisa-intervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. In: Castro LRE, Besset VL. (Orgs.) Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: NAU Editora; 2008; 409-432.

10. BARDIN L. Análise do conteúdo. Lisboa : Edições. 2000.

11. Noguero FL. *Metodologia participativa em La Enseñanza Universitária*. NARCEA,S.A. de Ediciones, Madrid, España, 2007.

Adequação nutricional do cardápio de uma unidade de educação infantil após introdução de alimentos da horta escolar, em Parauapebas/PA

Ana Clea Bezerra Santos
Ather Barbosa Figueiredo
Elisangela Cristina Martins da Silva
Ercília Carvalho Gomes
Maria Antônia Guimarães dos Santos
Taiana Souza Sena Ferreira

Introdução

A Organização Mundial de Saúde afirma que uma das melhores formas de promover a educação em saúde é no ambiente escolar, por ser um espaço social onde os estudantes passam a maior parte do seu dia. É na escola que os programas de educação e saúde podem ter maior repercussão, beneficiando os estudantes na infância e na adolescência. A horta escolar está entre umas dessas ações educativas, por meio dela pode-se orientar e desenvolver habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, tais como a produção de alimentos livres do uso de agrotóxico e adubos químicos na produção de culturas diversas.

OBJETIVO: O objetivo do estudo é avaliar os cardápios ofertados antes e após a inclusão de alimentos produzidos na horta da escola.

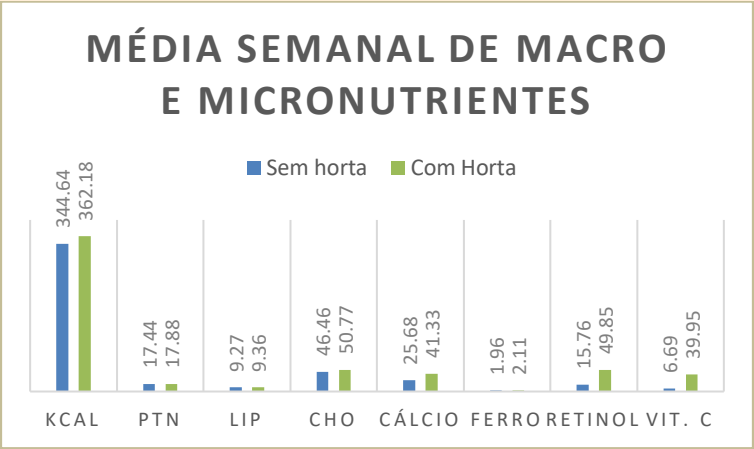
METODOLOGIA: O estudo é do tipo descritivo transversal, com abordagem quantitativa, sendo utilizados dados de fonte secundária. Foi feito um levantamento nas escolas de educação infantil que tinham em sua área física o **Projeto horta escolar**. Foi realizada análise do cardápio elaborado pelo Departamento de Alimentação Escolar – DAE sem a inclusão dos alimentos da horta escolar e servido no almoço durante (01) uma semana. Em seguida foram inseridos produtos cultivados na horta da escola e realizada a segunda análise nutricional. As análises foram realizadas com o auxílio da planilha da “Plan Pnae”, que é uma ferramenta de apoio aos nutricionistas no planejamento e avaliação de cardápios desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Foram analisados, a quantidade de energia, macro e micronutrientes presentes no cardápio e qual o percentual de adequação junto aos níveis preconizados pelo para a faixa etária dos alunos da pré-escola, 4-5 anos de acordo com a legislação vigente.

RESULTADOS: Os resultados mostraram que houve aumento no aporte nutricional do cardápio proposto pelo DAE a partir do uso contínuo dos alimentos cultivados na horta escolar em todos os dias avaliados. Foi constatado que na média semanal houve aumento no aporte de Cálcio, Retinol e Vitamina C nos cardápios após a inserção dos alimentos da horta escolar (Ver Figuras 1, 2, 3 e 4).

CONCLUSÃO: A horta inserida no ambiente escolar tem inúmeras vantagens, pois ficou demonstrado no presente estudo que além do ganho nutricional ao cardápio também é um agente transformador na comunidade escolar, algo que une pais, alunos e professores, além de gestores e funcionários da escola no tema da educação ambiental e alimentação saudável, incentivando

o trabalho coletivo em favor do cultivo dos alimentos num conceito de interdisciplinaridade e sustentabilidade.

Figura 1: Media semanal



	Kcal	PTN	LIP	CHO	Cálcio	Ferro	Retinol	Vit. C
Sem itens da horta	344,64	17,44	9,27	46,46	25,68	1,96	15,76	6,69
Com itens da Horta	362,18	17,88	9,36	50,77	41,33	2,11	49,85	39,95

Figura 2: Cardápio planejado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - DAE EDUCAÇÃO INFANTIL ALMOÇO				
SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA
Arroz 50g + stroganoff de frango (filé de frango 50g) + batata sautê 15g +Salada de berinjela refogada 15g com cheiro verde 2g e cebolinha 2g + mamão 140g	Carne ao molho (coxão mole 50g) + feijão preto 15g + arroz 50g + salada de repolho 15g + couve 10g+ com cheiro verde 2g e cebolinha 2g.	Isca de Frango (filé de frango 50g) com cenoura 10g e batata 15g + arroz 50g + beterraba ralada 10g + Salada de alface 15g e pepino 20g	Arroz 50g de cuxá (vinagreira 10g) com charque 50g + salada de tomate 20g + alface 15g e maxixe 10g	Carne em cubos (coxão mole 50g) + arroz 50g + feijão carioca 15g com maxixe 10g + purê de abóbora 20g com cenoura 10g + mamão 140g
OBS: os itens destacados em verde são os produtos inseridos da horta escolar.				

Figura 3: análise semanal do cardápio sem produtos da horta

Sem itens da Horta	Energia	Proteína	Lipídeos	Carboidratos	Cálcio	Ferro	Retino I	Vit. C	Sódio
Segunda	314,91	18,52	6,52	43,76	19,40	1,21	22,85	8,14	500,83
Terça	336,14	16,65	10,58	42,65	29,89	2,39	13,58	6,22	870,99
Quarta	384,11	21,60	8,55	53,76	36,18	2,35	16,47	8,62	877,72
Quinta	314,84	13,25	10,09	41,11	13,84	1,14	12,34	6,43	2809,42
Sexta	373,17	17,16	10,61	51,00	29,12	2,69	13,58	4,03	870,86
Média Semanal	344,64	17,44	9,27	46,46	25,68	1,96	15,76	6,69	1185,96

Figura 4: análise semanal do cardápio com a inserção dos alimentos produzidos na horta escolar

Com Horta itens da horta	Energia	Proteína	Lípidos	Carboidratos	Cálcio	Ferro	Retinol	Vit. C	Sódio
Segunda	347,02	18,92	6,66	52,16	43,11	1,41	95,56	81,56	502,38
Terça	339,00	16,90	10,62	43,06	41,03	2,45	14,43	13,67	871,45
Quarta	387,40	21,91	8,56	54,33	40,65	2,45	17,32	11,48	878,13
Quinta	319,05	13,68	10,13	41,90	26,85	1,30	36,48	10,53	2811,82
Sexta	418,41	18,00	10,82	62,41	55,02	2,96	85,44	82,52	873,42
Média Semanal	362,18	17,88	9,36	50,77	41,33	2,11	49,85	39,95	1187,44

Referências

BRASIL. Caderno 1 - **A Horta Escolar Dinamizando o Currículo da Escola** – 3ª Edição, 2009.

BRASIL. Caderno 2 – **Orientações para Implantação e Implementação da Horta Escolar** – 3ª Edição, 2009.

BRASIL. Caderno 3 – **Alimentação e Nutrição** – Caminhos para uma Vida Saudável – 2ª Versão e 2ª Edição, 2009.

BRASIL. Caderno 4 – **Aprendendo com a Horta** – Volumes 1 e 2, 2009.

FIOROTTI, J.L; CARVALHO, E.S.S; PIMENTEL, A.F; SILVA K.R. **Horta, a Importância no Desenvolvimento Escolar**. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2015.

KANDLER, R. **Educação Ambiental: Horta Escolar, uma Experiência**, ÀGORA: Revista de Divulgação Científica V.16 n-2 (a), Número Especial: I Seminário Integrado de Pesquisa e Extensão Universitária, 2014.

MASCARENHAS, J.M.O; SANTOS J.C. **Avaliação da Composição Nutricional dos Cardápios e Custos da Alimentação Escolar da Rede Municipal de Conceição do Jacuípe** / BA. *Sitientibus*, Feira de Santana, nº35 p. 75-90 Jul./Dez. 2006.

PIMENTA, J.C; RODRIGUES K.S.M. **Projeto Horta Escolar: Ações de Educação Ambiental na Escola Centro Promocional Todos os Santos de Goiânia (GO)**, II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG/IESA/NUPEAT, 2011.

PINTO, S.L.S. Contribuições da Educação Ambiental e Horta Escolar na Promoção de Melhorias ao Ensino, à saúde e ao Meio Ambiente, REMPEC – **Ensino, Saúde e Ambiente**. V.3 n-1 p 42 – 60, 2010.

SOUZA, M.H.N; PEQUENO, M.G.C. **Contribuições de Projetos Ambientais para Alunos de Escolas Municipais de Campina Grande – PB**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

Avaliação da qualidade de cardápios escolares ofertados aos estudantes com necessidades alimentares especiais

Hugo Caroni Campos
Gerlane Karine Bezerra Nogueira
Renata Alexandra Moreira das Neves
Liana Galvão Bacurau Pinheiro

Introdução

Os estudantes com NAE, são aqueles que apresentam algum tipo de restrição ou alteração no consumo diário das refeições, devido a condição médica e/ou nutricional individual. Segundo Brasil (2017, p.23), os alunos com NAE são os que possuem alergias alimentares, diabetes, intolerância à lactose, doença celíaca ou outra condição que necessite de alimentação escolar diferenciada. Devido a isso, é importante realizar avaliações periódicas da qualidade dos cardápios nas unidades escolares, a fim de garantir que a alimentação dos alunos esteja adequada e segura, incluindo os com NAE. Para isso, foi criada uma ferramenta virtual que permite utilizar indicadores quantitativos e qualitativos para analisar a qualidade dos cardápios planejados para o PNAE. Essa ferramenta, denominada Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (IQ COSAN), é uma ferramenta de fácil manuseio, que utiliza indicadores quanti e/ou qualitativos para avaliar o cardápio planejado, pontuá-lo e classificá-lo em: “Inadequado”, “Precisa de melhoras” e “Adequado” (BRASIL, 2018).

Objetivo - analisar qualitativamente os cardápios ofertados aos alunos com necessidades alimentares especiais pelas escolas das Entidades Executoras municipais do Rio Grande do Norte.

Métodos - Avaliou-se qualitativamente 41 cardápios, ofertados em 9 diferentes escolas municipais do estado do RN, a fim de averiguar se essas dietas alcançaram as recomendações estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A avaliação foi realizada por meio da ferramenta IQ COSAN, desenvolvida pelo FNDE, que utiliza de parâmetros qualitativos para classificar os cardápios avaliados em “adequado”, “precisa de melhoras” e “inadequado”, de acordo com sua pontuação.

Resultados - Verificou-se uma presença maior de cardápios classificados como “precisa de melhoras”, principalmente devido à oferta insuficiente dos grupos alimentares das frutas *in natura*, leite e derivados, legumes e verduras, dos feijões e dos alimentos da sociobiodiversidade que apresentaram uma baixa oferta. Do grupo dos alimentos regionais observou-se uma oferta elevada de acerola, cajá, farinha de tapioca, jerimum e macaxeira, todos com valores de frequência bem semelhantes, estando bem presente nos cardápios avaliados. Foi considerável a presença de alimentos ultraprocessados, algo que não é recomendado pelo Programa.

Conclusão - Os cardápios avaliados no estudo que foram classificados como “precisa de melhoras” ou “inadequado” devem ser reformulados, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos com necessidades alimentares especiais (NAE).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Cadernos de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Índice de qualidade da coordenação de segurança alimentar nutricional - IQ COSAN. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/component/k2/item/12142-iq-cosan>>. Acesso em: 17 de set. de 2022.

Caminhos para uma alimentação segura e de qualidade no âmbito das creches

Milka Julyanne Dantas Alves
Elizabeth Shélida Nascimento Silva
Gerlane Karine Bezerra Nogueira
Juliana Kelly da Silva Maia
Renata Alexandra Moreira das Neves
Liana Galvão Bacurau Pinheiro

Introdução

O ambiente das creches se torna um local favorável à introdução alimentar e para a construção de hábitos alimentares saudáveis na primeira infância. Nesse sentido, novas regras acerca da alimentação escolar são estabelecidas na atual Resolução CD/FNDE N° 06 de 08/05/2020 para o aprimoramento da segurança alimentar e nutricional das crianças inseridas nas creches públicas brasileiras. Para que seja possível o delineamento de uma alimentação saudável, o trabalho aqui proposto vem para servir de apoio na execução das atribuições do nutricionista no PNAE, baseando-se nessa Resolução. Portanto, o presente trabalho teve como objetivo a elaboração de um produto de apoio ao nutricionista do PNAE, no formato de cartilha e nela discorrer acerca da introdução alimentar, neofobias alimentares, transformações sensoriais, alimentação saudável, aspectos legais, propostas de preparações com fichas técnicas de preparações para oferta no âmbito das creches. Considerando, também, nessa elaboração, as diretrizes do programa, com a oferta de alimentos da sociobiodiversidade.

Métodos - Trata-se de um estudo com abordagem metodológica, de desenvolvimento técnico, sendo o produto norteador para atender as novas diretrizes da alimentação escolar.

Resultado - Foi desenvolvida uma cartilha de orientações acerca da alimentação escolar para as creches públicas, baseando-se na utilização de fontes alimentares adequadas e saudáveis. A cartilha elaborada recebeu o título “Caminhos para uma Alimentação Segura e de Qualidade no Âmbito das Creches”. Nela encontram-se sugestões de preparações para crianças de 6 meses a 3 anos de idade, que poderão ser introduzidas nos cardápios de creches.

Conclusões - Foram elaboradas 24 fichas técnicas de preparação, com opções para serem ofertadas no desjejum, almoço e jantar entre as crianças de 6 meses a 3 anos de idade. Na elaboração considerou-se ainda que o ambiente de creche propicia a transversalidade da educação alimentar necessário para a construção de hábitos alimentares adequados. Nesse sentido, torna-se necessário e importante o uso de instrumentos de consulta norteadores para manutenção e expansão dos saberes, bem como, para a promoção da alimentação segura e saudável. Assim, espera-se que essa cartilha possa ser instrumento de consulta e apoio para nutricionistas e favoreça a oferta alimentar que beneficie a saúde da população infantil. A cartilha ficará disponível para consulta aos interessados no site: <https://cecane.ccs.ufrn.br/Estante/Biblioteca/bliblioteca/>.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 06, de 08 maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 maio 2020. Seção 1, p. 38.

Proposta de cardápio quinzenal: caminhos para uma alimentação segura e de qualidade no âmbito da educação básica

Elizabeth Shélida Nascimento Silva
Milka Julyanne Dantas Alves
Liana Galvão Bacurau Pinheiro
Renata Alexandra Moreira das Neves
Juliana Kelly da Silva Maia

Introdução

Os hábitos alimentares são formados no período da infância. Em meio ao fenômeno epidemiológico da transição nutricional, fatores como a globalização e ampliação de acesso a alimentos industrializados interferem diretamente na formação destes hábitos. A escola aparece como uma ferramenta essencial de promoção de saúde das crianças e, nesse contexto, no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) exerce importante papel, tendo como objetivo atender necessidades nutricionais dos alunos e promover a alimentação saudável. O PNAE passou por recente atualização em 2020, com a Resolução CD/FNDE Nº 06, de 08 de maio de 2020, a qual estabelece normas para a execução do programa.

Objetivo - O objetivo deste trabalho é consolidar informações referentes a ações de alimentação e nutrição presentes na nova resolução, desenvolvendo uma cartilha informativa voltada a profissionais, com sugestão de cardápios voltado a crianças no Ensino Fundamental I, incluindo elementos da biodiversidade de acordo com a Portaria Interministerial Mapa/MMA Nº 10, de 21 de julho de 2021.

Métodos - Trata-se de um estudo com abordagem metodológica, de desenvolvimento técnico.

Resultados - O produto técnico deste trabalho, uma cartilha informativa, poderá colaborar para implementação das atualizações propostas pela legislação vigente no âmbito da alimentação escolar. A cartilha elaborada recebeu o título “Caminhos para uma alimentação adequada e de qualidade no âmbito da alimentação básica”.

Conclusões - Espera-se que o material seja um instrumento de consulta aos nutricionistas da área, utilizando-o no dia a dia no planejamento de cardápios e, também, possa refletir na promoção da alimentação adequada aos estudantes do ensino fundamental I. A cartilha ficará disponível para consulta aos interessados no site: <https://cecane.ccs.ufrn.br/Estante/Biblioteca/bliblioteca/>.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 06, de 08 maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 maio 2020. Seção 1, p. 38.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria Interministerial MAPA/MMA nº 10, de 21 de julho de 2021. Institui lista de espécies nativas da sociobiodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 julho de 2021. Seção 1, p. 4.

Educação Alimentar e Nutricional nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Jahny Kássia Duarte Rocha
Elenice dos Reis Santos
José Ricardo Gonçalves Duarte
Mac David da Silva Pinto
Poliana Guerino Marson
Neilton Araujo de Oliveira

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo, dentre outros, a formação de hábitos alimentares saudáveis de estudantes da rede pública de educação básica. A execução do PNAE encontra gargalos em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por diversos motivos, com destaque ao curto prazo entre a criação da Rede em 2008 e a inclusão do ensino médio como público-alvo do PNAE, em 2009, pois ao tempo em que as instituições se organizavam como Rede e estavam em processo de expansão, precisavam também se adaptar à oferta de alimentação escolar. Destarte, a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) está entre as diretrizes do PNAE e deve ser incorporada no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo o de investigar a execução de ações de Educação Alimentar e Nutricional em escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Métodos/Metodologia

Trata-se de pesquisa aplicada a gestores do PNAE em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, realizada através de estudo transversal cuja coleta de dados foi realizada, mediante aplicação de formulário semiestruturado encaminhado via *e-mail*, entre novembro de 2020 a fevereiro de 2021 e, posteriormente em 2022, com análise documental. As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do *software R*, versão 4.1.0 e para análise documental utilizou-se o método de Análise de Conteúdo. A primeira etapa do estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins, parecer nº 4.356.195, e a segunda etapa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Mato Grosso, parecer nº 5.508.146.

Resultados

Ao serem questionados em relação ao grau de dificuldade para realização de atividades de EAN, os gestores do PNAE indicaram que a atividade é de difícil execução, totalizando 56% (n = 45) dos que a consideram com grau de dificuldade alto ou muito alto. Os gestores apontaram como formas de estimular a prática dessas atividades a elaboração de projetos na área (48,1% ou n = 39); a articulação junto aos setores na área de saúde (34,6% ou n = 28) e junto aos professores (39,5% ou n = 32). Também foram sugeridos o acompanhamento de outras experiências, parcerias com o poder público municipal e a participação das entidades estudantis. Relativo aos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) analisados (n = 78), 16 faziam menção à EAN (20,5%). Dentre estes, 5 (6,4%) citam programas institucionais com

execução de ações na área; 5 (6,4%) apontam a necessidade de inclusão da EAN no currículo escolar e 2 (2,6%) apresentam como metas estratégicas a execução de ações de EAN.

Conclusão

As instituições da Rede consideram as ações de EAN de difícil execução, porém indicam mecanismos para incentivar sua realização, com algumas citando a temática nos seus documentos institucionais de maior relevância.

Referências

BARDIN; L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Brasília-DF. **Diário Oficial da União**, 16 de junho de 2009.

_____. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. **Diário Oficial da União**, de 17 de maio de 2018.

COSTA, P. M. **Gestão e execução do Programa nacional de alimentação escolar nos institutos federais de Educação, ciência e tecnologia**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO. 2015.

Práticas alimentares de adolescentes de escolas públicas de município do Piauí

Marize Melo dos Santos

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho

Elaine Carvalho de Moraes

Amália de Jesus Moura Sinimbu

Elizabete Maciel de Sousa Cardoso

Guida Graziela Santos Cardoso

Metodologia

Estudo transversal e descritivo, realizado entre agosto e dezembro de 2018, com adolescentes de ambos os sexos, de 10 a 17 anos, das escolas públicas, urbanas e rurais de Altos-PI. No universo de 1255 crianças matriculadas, a amostra foi estimada em função da prevalência média de hipertensão e obesidade de 15%, com erro amostral de 5% e com nível de confiança de 95%, totalizando 170 estudantes, sendo 121 na zona urbana e 49 na zona rural, no mínimo. Os alunos responderem questionário contendo 10 perguntas, de forma impressa, sobre alimentos preferidos e os que menos gostam, além da observação dos alimentos oferecidos na escola. Criou-se banco de dados no Excel para análises dos dados. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, com parecer n°. 2.379.672, em 13 de novembro de 2017. Após o esclarecimento sobre a natureza e os objetivos, concordaram em participar da pesquisa, com assinatura do termo de assentimento.

Resultados

Incluíram-se cinco escolas, 2 rurais e 3 urbanas, totalizando 249 adolescentes, sendo 62,25% (n= 155) escolas urbanas e 55,42% (n= 138) sexo feminino, com média de idade de 12,4 anos. A alimentação caracterizou-se pela manutenção do consumo de alimentos tradicionais, os três alimentos preferidos foram arroz (81,9%; n=204); melancia (78,3%; n=195) e feijão (77,5%; n=77,5). Verificou-se alta preferência por alimentos ultraprocessados, como refrigerantes e biscoito recheado, sendo o refrigerante o quinto alimento mais citado (72,3%; n=180) e biscoito recheado o oitavo (65,7%; n=161). Dentre alimentos que menos gostavam, destacou-se a jaca (53,8%; n=134); cana de açúcar (52,2%; n=130) e macaxeira (46,6%; n=116). Entre outros alimentos preferidos têm-se salgadinhos fritos (coxinha, bomba, pastel), *pizza* e *sushi*, já entre os que não gostam, têm-se melão, mamão, batata-doce, berinjela, abacate e pequi. Observou-se pouca variedade de alimentos no cardápio e o desconhecimento dos escolares sobre a importância do consumo de frutas, legumes e verduras.

Conclusão

Os alimentos favoritos são alimentos tradicionais do dia a dia dos brasileiros, já os menos preferidos foram alimentos regionais, produzidos pelos agricultores locais. Além disso, observou-se tendência ao consumo preferencial de alimentos processados ou ultraprocessados e menos de alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SANTOS, V. F. N.; PASCOAL, G. B. Aspectos gerais da cultura alimentar paraense. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 5, n. 1, p. 73-80, 2013.

Hortas pedagógicas com estudantes de escolas públicas de município do Piauí

Marize Melo dos Santos
Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho
Marcos David Figueiredo de Carvalho
Marcos Uchôa e Silva
Jéssica Daniela Lustosa da Silva
José Eduardo Vasconcelos de Carvalho Júnior

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sugere a inclusão de ações que envolvam o estímulo ao consumo de produtos orgânicos/agroecológicos e sociobiodiversidade. De acordo com as diretrizes nacionais, o desenvolvimento e a implementação de hortas nas escolas se constituem como um eixo prioritário, alinhado com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Este trabalho desenvolveu a construção coletiva de hortas pedagógicas, descrevendo suas características, produtos cultivados e sua utilização na alimentação escolar.

Metodologia

A proposta integrou a Rede Latino- Americana de Soberania Alimentar e Nutricional (RedeSSAN), aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, parecer n°. 2.379.672/2017. Envolveu equipe de pesquisadores, estudantes de nutrição e agronomia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), professores, alunos e funcionários de escolas municipais de Altos, Piauí, por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Foram mensurados espaços, preparação do solo, mudas e adubação. Construção de 19 canteiros com dimensões variadas. As mudas foram produzidas no viveiro do Núcleo de Plantas Aromáticas e Medicinais (Nuplam), do Centro de Ciências Agrária e transportadas aos canteiros das escolas, respeitando o espaçamento adequado. Foram cultivadas 14 espécies de vegetais, couve, agrião, coentro, cheiro verde, cebolinha, salsa, pimentinha, pimenta de cheiro, tomate cereja, manjerição, rúcula, hortelã, boldo e malva. O envolvimento dos estudantes e professores foi avaliado por meio da técnica da observação do participante e registro em diário de campo. Conversas informais e entrevistas semiestruturadas complementaram as observações resultando na validade dos resultados.

Resultados. Duas escolas urbanas foram selecionadas para construção dos canteiros. Após o plantio, os alunos foram responsáveis pela manutenção das hortas se tornando ativos e participativos, estimulando o desenvolvimento de habilidades com técnicas de cultivo e conhecimento de novos alimentos, os quais apreciavam as atividades de plantar, regar e colher. Os professores também participaram do cuidado com as hortas e aproveitaram o momento para integração de conhecimentos teóricos com a prática vivenciada. Essa iniciativa viabilizou o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo, o maior contato com a natureza, a aprendizagem sobre origem, nome, plantio e cuidado com os vegetais. Os alimentos colhidos foram utilizados de forma positiva no preparo da alimentação escolar, uma alternativa importante que contribuiu para oferecer alimentos saudáveis para os alunos e fortalecer o

PNAE. Identificou-se barreiras como falta de recursos humanos e materiais, ausência de conhecimento técnico, limitação do clima da região, espaço disponível, tipo de solo inadequado ou de difícil manejo.

Conclusões. As hortas promoveram melhoria na qualidade da alimentação e estimulou o cultivo de vegetais, caracterizando-se como elemento importante para fortalecer o PNAE, além de promover a participação dos alunos em trabalho com a terra e os alimentos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Mapeamento do processo:** implantação e implementação do Projeto Educando com a Horta Escolar. Brasília: PNAE, FAO; 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

OLIVEIRA, S.R.M.L.; VILLAR, E.S.; FLORIDO, J.M.P.; SCHWARTZMAN, F.; BICALHO, D. Implantação de hortas pedagógicas em escolas municipais de São. **Demetra**, v.13, n.3, p.583-603, 2018.

Hortas escolares como instrumento de educação
alimentar e nutricional trabalhada com estudantes
deficientes visuais: um relato de extensão

Milena Meneghetti Soares
Agnes Gomez Kopper
Luciana Dias de Oliveira
Vanuska Lima da Silva
Etho Roberio Medeiros Nascimento
Amanda Souza Silva Sperb

Introdução

O desenvolvimento de hábitos alimentares é estabelecido na infância, e perpassam as demais fases. Portanto, é importante a participação da família, mas também do ambiente escolar para estruturar as escolhas alimentares. Assim, atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são úteis para atingir esse objetivo. No contexto de uma educação inclusiva, é pertinente identificar meios eficazes de garantir a acessibilidade desse conhecimento. Na deficiência visual, para aproximação do indivíduo ao alimento, é preciso ferramentas que incentivem os demais sentidos para assim proporcionar a autonomia das escolhas. Hortas escolares, fortemente associadas como estratégia de EAN, se mostram eficazes para o estreitamento dessa relação dos deficientes com os alimentos. Pela escassez de estudos que compreendam o padrão alimentar desse público, buscou-se observar como as ações de EAN utilizando as hortas impactam na relação com a alimentação desses estudantes.

Metodologia

Este trabalho foi realizado, ao final do ano de 2022, em uma escola privada de Ensino Fundamental no município de Porto Alegre- RS, como parte de um projeto de extensão. Foi desenvolvido em dois eixos: uma atividade com os escolares, que possuíam entre 6 e 13 anos, e uma entrevista com a nutricionista e com o professor responsável pelo projeto pedagógico da escola. Foi abordado os princípios, recomendações para uma alimentação saudável e também a classificação dos alimentos relacionada ao seu grau de processamento de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, e realizado um questionário pré e pós intervenção para medir os conhecimentos adquiridos dos alunos.

Resultados

A partir dos questionários, pôde-se medir a compreensão a respeito dos conceitos “ultraprocessados” e alimentos “*in natura*”. Ainda, foi percebido que os escolares entenderam que os alimentos, além de nutrientes, têm consigo uma associação emocional e comportamental. Em debate com os profissionais da escola, encontramos a falta de incentivo às práticas culinárias pelo receio dos pais e o quanto essa falta de autonomia impacta na relação com a comida dos estudantes. Na horta escolar, observou-se que apesar da estrutura adequada, o espaço é pouco utilizado para o trabalho de EAN com os alunos.

Conclusão

Conclui-se que a falta de estímulo de contato com os alimentos, seja através da horta ou do ato de cozinhar, culmina em maior dependência dos deficientes visuais para escolha e preparo dos alimentos. Portanto, cabe aos profissionais que atendem a comunidade escolar desenvolverem uma rede de apoio às famílias para que empoderem esses escolares quanto à autonomia, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 2, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Brasília: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para Crianças Menores de 2 anos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. 88 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.